



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

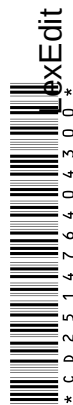
“Art. 12-E O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido "post mortem", para a classe imediatamente superior.

Parágrafo único. No hipótese deste artigo, se por ocasião da morte o servidor já estivesse na última classe do cargo, a pensão respectiva terá por base a remuneração correspondente, acrescida da diferença entre a mesma e a da classe imediatamente anterior.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de reconhecimento público, homenagem, e, acima de tudo, de proteção à família do policial morto em atividade.

Cabe destacar que tal medida não se revela inédita, encontrando guarita em estatutos castrenses e policiais da maior parte das unidades da federação, razão pela qual se revela justa e isonômica para com os policiais civis do Distrito Federal.



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251476404300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

